

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

DOCUMENTO: **Projeto de Lei Ordinária nº 108/2025**

PROCEDÊNCIA: **Poder Executivo**

ASSUNTO: **Altera o número de vagas para contratações, por tempo determinado, na função de Cadastrador, prevista na Lei n.º 5.718, de 21 de junho de 2024.**

RELATOR: **Vereador Celso Duarte**

RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para parecer o Projeto de Lei Ordinária nº 108/25, de autoria do Poder Executivo, que *Altera o número de vagas para contratações, por tempo determinado, na função de Cadastrador, prevista na Lei n.º 5.718, de 21 de junho de 2024.*

Importa destacar que a iniciativa para deflagrar o processo legislativo pertence ao Executivo Municipal nos termos do art. 96 da Lei Orgânica.

PARECER

O Projeto de Lei Ordinária nº 108/2025, de autoria do Poder Executivo, visa **alterar o número de vagas para contratações temporárias na função de Cadastrador**, previstas na Lei nº 5.718, de 21 de junho de 2024, **passando de 6 para até 10 vagas**, vinculadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES.

A medida pretende atender necessidade de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e as contratações serão feitas **exclusivamente com candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 174/2024**, aberto pelo Edital nº ED 018/2025 e homologado pelo Edital nº ED 046/2025, excluídos os anteriormente contratados.

A justificativa apresentada pela Administração destaca que:

- Uruguaiana foi apontada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) como município com baixo desempenho em indicadores relacionados ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único;
- O município foi incluído no grupo prioritário para apoio técnico e precisa ampliar sua capacidade operacional, incluindo a implantação de um **Cadastro Único Móvel**;
- A ampliação de vagas permitirá atuação nos três CRAS e em áreas rurais, visando qualificar e ampliar o atendimento.

Sob o ponto de vista financeiro e orçamentário, a proposta **não cria cargo efetivo**, mas amplia vagas de **contratação temporária**, amparadas na Lei nº 5.718/2024.

Os recursos para pagamento das remunerações decorrem de dotações já existentes no orçamento da SEDES, não havendo indicação de necessidade de suplementação.



CÂMARA MUNICIPAL DE
URUGUAIANA
19 de Junho de 1962

Do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, trata-se de despesa de pessoal temporário, prevista e permitida, desde que observados os limites prudenciais.

A justificativa demonstra que a medida visa **corrigir fragilidades na execução de políticas públicas federais**, podendo gerar reflexos positivos no repasse de recursos e no desempenho do município junto ao MDS.

Diante do exposto o nosso parecer é **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em questão.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2025.


Vereador Celso Duarte
Relator

De acordo:

Contrário:

